

## MEDICINA LEGAL E A PERÍCIA MÉDICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

### FORENSIC MEDICINE AND MEDICAL EXPERTISE: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

### MEDICINA FORENSE Y PERITAJE MÉDICO: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA

Lucas Gomes Ignacio<sup>1</sup>

Douglas José Angel<sup>2</sup>

**RESUMO:** **Introdução:** a presente pesquisa aborda uma temática de grande relevância, descrevendo a medicina legal e a perícia médica e suas caracterizações que são primordiais para suporte técnico e científico, esclarecendo a verdade quanto as situações que correspondem, a aplicação de conhecimentos médicos na interpretação de situações nas quais são de interesses legais, e no caso, a perícia médica fornece análises técnicas para o esclarecimento de eventos que englobam a saúde e a integridade física e mental dos indivíduos. **Objetivo:** discorrer sobre a importância e a relação entre a medicina legal e a perícia médica, e suas contribuições judiciais e extrajudiciais. **Métodos:** o método aplicado para a realização deste estudo é uma revisão sistemática de literatura, na qual o autor por meio de pesquisa e estudo com base em artigos, revistas médicas e demais periódicos retirados das bases de dados Scielo, CAPES, BVS e Pubmed, com a aplicação de descritores, apresentou a sua percepção acerca do assunto. **Resultados:** o estudo explorou os principais aspectos e técnicas utilizadas na prática pericial, como avaliação das lesões, a determinação da causa da morte e a análise dos documentos médicos, além de apresentar a legislação que regulamenta a atuação dos peritos. **Conclusão:** Concluiu-se que a atuação qualificada dos peritos médicos é fundamental para assegurar o sistema de justiça justo e eficaz, além do aprimoramento constante na área que é fundamental para atender a complexidade crescente dos casos judiciais.

4815

**Palavras-chave:** Conhecimentos médicos. Laudo pericial. Medicina legal. Perícia médica.

**ABSTRACT:** **Introduction:** This research addresses a highly relevant topic, describing forensic medicine and medical expertise and their characteristics that are essential for technical and scientific support, clarifying the truth about the situations that correspond to them, the application of medical knowledge in the interpretation of situations in which they are of legal interest, and in this case, medical expertise provides technical analyses to clarify events that involve the health and physical and mental integrity of individuals. **Objective:** to discuss the importance and relationship between forensic medicine and medical expertise, and their judicial and extrajudicial contributions. **Methods:** The method applied to carry out this study is a systematic literature review, in which the author, through research and study based on articles, medical journals and other periodicals taken from the Scielo, CAPES, BVS and Pubmed databases, with the application of descriptors, presented his perception on the subject. **Results:** The study explored the main aspects and techniques used in forensic practice, such as assessment of injuries, determination of the cause of death and analysis of medical documents, in addition to presenting the legislation that regulates the work of experts. **Conclusion:** It was concluded that the qualified work of medical experts is essential to ensure a fair and effective justice system, in addition to constant improvement in the area, which is essential to meet the increasing complexity of legal cases.

**Keywords:** Medical knowledge. Expert report. Forensic medicine. Medical expertise.

<sup>1</sup>Graduando de Medicina. Centro universitário Uninorte.

<sup>2</sup>Mestre em Gestão Estratégica de Instituição de Saúde UNESR.

**RESUMEN:** **Introducción:** Esta investigación aborda un tema de gran relevancia, describiendo la medicina forense y la pericia médica, así como sus características esenciales para el soporte técnico y científico, esclareciendo la verdad sobre las situaciones que les competen. Se analiza la aplicación del conocimiento médico en la interpretación de circunstancias de interés legal, en las cuales la pericia médica proporciona análisis técnicos para esclarecer hechos que involucran la salud y la integridad física y mental de las personas. **Objetivo:** Discutir la importancia y la relación entre la medicina forense y la pericia médica, así como sus contribuciones en el ámbito judicial y extrajudicial. **Métodos:** El método aplicado para la realización de este estudio fue una revisión sistemática de la literatura, en la que el autor, mediante investigaciones y estudios basados en artículos, revistas médicas y otros periódicos obtenidos de las bases de datos Scielo, CAPES, BVS y PubMed, con la aplicación de descriptores, presentó su percepción sobre el tema. **Resultados:** El estudio exploró los principales aspectos y técnicas utilizadas en la práctica forense, como la evaluación de lesiones, la determinación de la causa de muerte y el análisis de documentos médicos, además de presentar la legislación que regula el trabajo de los peritos. **Conclusión:** Se concluyó que el trabajo calificado de los peritos médicos es fundamental para garantizar un sistema de justicia justo y eficaz, además del perfeccionamiento continuo en el área, lo cual es esencial para atender la creciente complejidad de los casos legales.

**Palabras clave:** Conocimiento médico. Informe pericial. Medicina forense. Pericia médica.

## INTRODUÇÃO

A Medicina Legal é uma área que relaciona a Medicina com o Direito, tendo como objetivo o fornecer provas técnicas e científicas, de natureza médica que contribuem com a autoridade judicial, no entanto, a contribuição em prol da justiça social, uma área com ampla abrangência, e de suma importância para a ordem pública e o equilíbrio social (Chaves; Gianvecchio, 2016).

E nesse viés, a perícia médica, que é um procedimento no qual condiz com o ato médico similar a consulta médica, isso devido ao fato do profissional ser médico devidamente capacitado, e com suas características gerais ele realiza anamnese, exame físico e solicita a realização de exames complementares, caso seja necessário, além de outras particularidades, que serão descritas ao longo dessa pesquisa (Cerqueira, 2015).

A Medicina Legal e a perícia médica desempenham o papel primordial na resolução dos casos criminais e cíveis, contribuindo com os laudos técnicos que influenciam diretamente nas decisões judiciais, em continuidade, a atuação dos profissionais capacitado em enfrentar uma série de desafios, tais como, a sobrecarga dos casos, o comprometimento e a qualidade das análises até a falta de infraestrutura e do acesso as tecnológicas avançadas que são fundamentais para uma perícia exata e precisa (Almeida Neto, 2021).

Em detrimento, é necessário que o profissional cumpra e siga as questões éticas, tais como, a privacidade da vítima e o consentimento para a realização de exames, o uso adequado das novas metodologias como inteligência artificial, que são problemas que acarretam com

impactos diretos na atuação e credibilidade do perito médico. Quais os principais desafios éticos, técnicos e tecnológicos enfrentados pela medicina legal e a perícia médica na coleta, análise e a interpretação das evidências em processos judiciais?

A importância na proposta deste tema é justificada pela necessidade de aprofundar questões referentes aos desafios e as inovações na perícia médica e como elas impactam a confiança das evidências e da tomada de decisões.

O objetivo deste estudo é analisar a contribuição da medicina legal e da perícia médica para o sistema de justiça com a identificação dos principais desafios éticos, técnicos e tecnológicos que são enfrentados na prática pericial e a avaliação da confiança e eficácia das decisões judiciais.

## MATERIAL É MÉTODO

A presente pesquisa se trata de uma revisão sistemática de literatura, na qual o autor se baseou em livros, artigos científicos, revistas de medicina e demais periódicos pertinentes para a medicina legal e a perícia médica, sendo uma etapa que tem como objetivo a construção do referencial teórico preciso acerca das metodologias periciais, os aspectos éticos, desafios enfrentados e o uso das novas tecnologias.

4817

Em ressalva que as fontes de informações que foram utilizadas com buscas, as bases de dados como BVS, CAPES, Scielo e Pubmed, além de repositórios de universidades e demais periódicos especializados em medicina legal e a ciências forense.

Quanto a análise documental, a coleta e análise dos documentos e materiais de apoio que discorrem sobre a atuação de profissionais na medicina legal e a perícia médica, analisando o material que condiciona a compreensão de padrões exigidos e os desafios práticos que surgem na elaboração e a utilização dos laudos em processos judiciais.

Foram aplicados critérios para a inclusão e exclusão na seleção da base de sustentação literária, sendo a seleção das literaturas do tipo de artigos, revistas, revisões e outros periódicos, nos quais são disponibilizados abertamente, mas selecionados apenas os conteúdos em inglês e português que foram publicados entre os anos de 2010 a 2024, relacionando a importância e características da medicina legal e a perícia médica.

Os critérios de exclusão abrangeram materiais em idiomas que não interessavam à pesquisa, além de artigos que não atendiam à pergunta norteadora: Também foram excluídos estudos duplicados nas bases de dados.

Para a seleção do material foram realizadas estratégias de descritores (decs), tais como, medicina legal, perícia médica, laudo médico, perícia, perícia judicial e perícia extrajudicial, a fim de refinar os resultados e garantir os estudos selecionados com relevância direta ao tema.

Após aplicar todas as estratégias dos descritores, foram lidos os títulos e resumos dos artigos encontrados, sendo que os artigos qualificados nos critérios de inclusão foram lidos integralmente, e, dessa forma, realizou-se a coleta de dados relacionada a medicina legal e a perícia criminal.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a melhor percepção estratégica inerente a contextualização apresentada neste estudo é de grande relevância demonstrar informações referentes aos principais arquivos e pesquisas que foram utilizados, o quadro abaixo representa uma breve demonstração, em ressalva ao que foi mencionado dos artigos utilizados como base para o desenvolvimento deste.

**Quadro 1** – DECs, artigos e base de dados

Nº	Título	Autor e ano	Objetivo	Principais achados
01	A perícia médico-legal e o ensino: dissidências e discussões na Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal	Ede Cerqueira – 2015	A intenção é perceber como a controvérsia desenvolveu-se na referida sociedade, observando como essa instituição científica influenciou na constituição das formações teórica e prática do perito médico.	Observando a influência da medicina legal na constituição do campo psiquiátrico, este texto analisa os debates ocorridos entre maio e julho de 1918 na Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal sobre o uso das perícias médico-legais como material de estudo para o curso de Medicina Pública da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
02	Residência Médica em Medicina Legal e perícias médicas	LLG Chaves; VAP Gianvecchio – 2016	A Medicina Legal tem por objetivo auxiliar a Justiça em matéria técnico-científica. Assim, para que o perito possa atuar da forma mais adequada em perícias de ordem criminal, cível, trabalhista, administrativa, previdenciária, securitária e/ou nas auditorias médicas (públicas e privadas) é necessária uma formação ampla e sólida.	A qualificação e capacitação do perito são primordiais e necessárias para que essa contribuição seja efetiva, pois é comum a atuação de peritos sem formação técnica específica que emitem laudos que não esclarecem adequadamente os questionamentos da autoridade solicitante.

03	Medicinal Legal e perícias médicas	Arlindo Lopes de Almeida Neto – 2021	O objetivo principal é realizar o exame pericial, na qual engloba todas as perícias médicas, jurídicas ou extrajurídicas.	A medicina legal abrange duas vertentes, que é a jurídica e a médica.
04	Medicina Legal como meio garantidor da justiça	Luana Bonamigo; Graziela de Oliveira Kohler – 2016	O objetivo do presente artigo é explanar os diversos campos de atuação da Medicina Legal, demonstrando com exemplos práticos que a esfera de ação da matéria vai além da perícia criminal.	Os resultados absorvidos foram no sentido de que a Medicina Legal é um ramo indispensável e valioso para alcançar respostas e, portanto, tem papel fundamental como meio garantidor de Justiça.
05	Conteúdo de medicina legal e perícia médica	Ana Beatriz Barbosa; Julia Dantas – 2024	Apesar de que as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Medicina e de Direito trazem em seu escopo a obrigatoriedade de preparar estes profissionais para atender as demandas da sociedade, aparentemente os responsáveis pela formatação de tais currículos não perceberam que, com a evolução da sociedade e de seus conflitos	Tais situações resultam na necessidade de avaliação médico pericial em mortos e em vivos, seja no âmbito do judiciário, do extrajudicial ou administrativo.
06	Perícias em saúde e trabalho: conceito, atuação médica e mais	Redação SANAR – 2023	Perícias em Saúde e Trabalho referem-se a avaliações médicas ou técnicas realizadas para determinar questões que são relacionadas à saúde de um indivíduo no contexto de seu ambiente de trabalho.	Essas perícias podem envolver uma variedade de situações, incluindo acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, avaliações de capacidade de trabalho, questões de saúde relacionadas ao ambiente de trabalho, entre outros.
07	Tudo o que você precisa saber sobre perícia médica	Ana Carolina Costa Resende – 2024	A <a href="#">perícia médica</a> judicial é um tipo específico de perícia realizada por médicos designados, pelo poder judiciário, para esclarecer questões relacionadas à saúde física ou mental de uma pessoa em um processo judicial.	O perito médico judicial é quem examina os documentos médicos e demais documentos de interesse médico pericial e realiza exames clínicos.

Fonte: Elaboração própria (2024)

O quadro apresenta os 07 (sete) periódicos que foram mais utilizados para o desenvolvimento da pesquisa e que em grande parte englobando sobre a importância e caracterizações da Medicina Legal e da perícia médica e suas atribuições.

A partir de então, serão discutidos os principais pontos acerca da temática, com base na principais literaturas selecionadas, através de descritores, buscando dar embasamento teórico e alcançar os objetivos propostos.

### **Compreendendo a Medicina Legal e sua importância**

De acordo com o estudo desenvolvido por Almeida Neto (2021), a medicina legal é uma área da medicina centrada na aplicação dos conhecimentos médicos e biológicos que respaldam questões de cunhos legais e judiciais, atuando na interface entre a medicina e o direito, exercendo o papel primordial para a resolução dos casos que envolvem a investigação de crimes, acidentes e outras eventualidades que demandam a análise técnica acerca dos aspectos médicos e científicos.

Ela é composta por uma série de áreas de atuação, tais como a tanatologia forense, que acentua o estudo da morte, identificando as causas, tempo e demais circunstâncias envolvidas no óbito; a antropologia forense, com a análise dos restos mortais para a identificação das vítimas; a traumatologia forense que é a detecção das substâncias tóxicas em corpos, como as drogas, venenos e/ou álcool; e, a sexologia forense que compete na avaliação dos crimes de natureza sexual, incluindo o abuso e violência sexual (Costa; Costa, 2015).

4820

O Conselho Federal de Medicina (CFM, 2023), descreve que essa área da medicina tem uma série de caracterizações, tais como a contribuição com as evidências que são primordiais para a compreensão da dinâmica e as circunstâncias dos crimes, sendo que o laudo do perito, como por exemplo, pode identificar a causa da morte, o tempo que ocorreu e ainda, a provável arma utilizada, são os elementos que auxiliam na elucidação da autoria e a materialidade do delito.

Além disso, em casos de desastres ou mortes em circunstâncias onde a identidade é desconhecida, a antropologia e a odontologia forenses possibilitam a identificação das vítimas, fato este que é primordial para fornecer respostas às famílias e para a justiça (Gonçalves, 2012).

Na percepção de Resende (2024), a medicina legal é uma fonte confiável de provas científicas que ajudam juízes e advogados a tomarem decisões fundamentadas em dados

técnicos, em ressalva que os laudos periciais muitas vezes são determinantes para a condenação ou absolvição em casos criminais.

Ao investigar e documentar casos de violência, abuso e tortura, a medicina legal tem um papel importante na proteção dos direitos humanos, fornecendo as bases científicas para responsabilizar os culpados. Além do aspecto investigativo, a medicina legal pode auxiliar na criação de políticas de prevenção, analisando padrões de lesões, causas de acidentes e outras ocorrências que possam ser mitigadas (Almeida Neto, 2021).

Em linhas gerais, a medicina legal é uma área essencial para garantir a justiça e a segurança pública, fornecendo uma análise científica e imparcial que serve de base para decisões judiciais e para a proteção de indivíduos e da sociedade como um todo (França, 2014).

### **Relação da medicina legal com a perícia médica**

Diante ao que vem sendo discorrido na pesquisa, a medicina legal e a perícia médica estão intrinsecamente relacionadas, ambas utilizam os conhecimentos técnicos da medicina para auxiliar na investigação dos fatos e possuem implicações legais, no entanto, existem uns preceitos que diferenciam essas áreas, sendo necessário nessa pesquisa ter conhecimento dessas diferenças (CFM, 2023).

4821

Conforme mensurado, a medicina legal é uma área ampla e interdisciplinar que aplica os conhecimentos médicos com o objetivo de responder as questões levantadas pelo sistema jurídico, sendo primordial para as investigações criminais, contribuindo ainda com a análise das cenas de crime, identificação de corpos, determinação das causas de morte, e ainda a investigação de traumas e lesões que possam identificar os atos de violência (Gonçalves, 2012).

Em tese, os médico legistas são profissionais devidamente qualificados e especializados que trabalham, geralmente com órgãos de investigação, tais como, delegacias e tribunais, eles contribuem com a elucidação do crime e o estabelecimento das evidências científicas para as decisões judiciais (Costa; Costa, 2015).

De acordo com Marangoni Júnior (2024), a perícia médica, é um procedimento específico realizado pelo perito médico que pode ou não ser especialista em medicina legal, e visa avaliar uma situação médica para responder a questionamentos específicos no contexto de uma investigação, em tese, o perito médico é requisitado, frequentemente, para avaliar condições de saúde física e mental de pessoas envolvidas em processos civis, trabalhistas, previdenciários ou



criminais. A perícia médica também pode avaliar incapacidades, lesões por acidentes de trabalho e a relação entre doenças e condições laborais.

A relação entre a medicina legal e a perícia médica é advertida na utilização de metodologias científicas rigorosas e na busca de respostas objetivas que sejam juridicamente relevantes, ambas as áreas dependem de uma análise imparcial e objetiva dos fatos e exigem uma documentação criteriosa e rígida para sustentar conclusões, seja em um laudo pericial ou em um laudo médico-legal (Almeida Neto, 2021).

Sendo assim, a medicina legal é fundamental para a formação de peritos em diversas áreas, o conhecimento em medicina legal contribui para que o perito médico uma base sólida sobre como interpretar sinais de violência, cronologia de lesões e até sinais de fraudes em processos de saúde, por outro lado, o trabalho de perícia médica muitas vezes fornece dados e evidências que podem ser utilizados em investigações mais complexas, servindo como complemento para o trabalho médico-legal (Cerqueira, 2015).

De acordo com o estudo desenvolvido por Costa e Costa (2015), a medicina legal dá ênfase principalmente em questões criminais e na elucidação dos casos de maior gravidade, enquanto a perícia médica se estende para outras áreas, como processos de indenização, disputas de seguro, avaliação de capacidade laborativa e perícias previdenciárias.

4822

Em ressalva que, em muitos casos, os peritos médicos e os médicos legistas colaboram, especialmente em situações que envolvem aspectos complexos de saúde e que precisam de uma abordagem que considere aspectos médicos e legais, a colaboração entre a medicina legal e a perícia médica garante uma resposta mais completa e tecnicamente fundamentada para questões que envolvem a saúde, a integridade física e o direito (Marangoni Júnior, 2024).

A troca de conhecimentos entre essas duas áreas fortalece a capacidade da justiça de avaliar com precisão e imparcialidade os casos que dependem de pareceres médicos, promovendo maior segurança, justiça e proteção aos envolvidos (CFM, 2023).

### **Perícia médica: conceito e importância**

A perícia médica é compreendida como um procedimento técnico que é realizado por um médico devidamente capacitado, para a análise, avaliação e a interpretação das questões relacionadas com a saúde, integridade física e as condições médicas da pessoa, com o intuito de responder as demandas judiciais, administrativas ou de seguros, com o fornecimento de laudo ou do relatório contendo informações precisas e detalhadas (Sauer, 2015).



É importante ressaltar que a perícia médica desempenha o papel fundamental em diversos aspectos no quesito judicial e administrativo, o que torna essencial para a garantia dos direitos dos cidadãos e das empresas. Dessa forma, a análise frente as suas características que é a imparcialidade e justiça, ou seja, a perícia médica oferece uma análise imparcial dos fatos (França, 2017).

Na percepção desenvolvida por Marangoni Júnior (2024), o perito não é parte interessada no processo, sua função é fornecer uma visão objetiva baseada em evidências médicas, evitando que interesses pessoais influenciem na decisão, o que é primordial para a garantia de um julgamento justo, fundamentado em provas técnicas e científicas.

Na percepção de França (2017), em processos previdenciários e trabalhistas, a perícia médica é indispensável para avaliar se um indivíduo possui condições de saúde que justificam a concessão de benefícios, evitando fraudes e abusos, ao mesmo tempo em que assegura que quem realmente necessita receba o suporte adequado.

Frente aos casos de acidentes, agressões, crimes e outras situações em que o dano físico ou psicológico é relevante, a perícia médica ajuda a identificar a extensão e a natureza do dano, contribuindo para o cálculo de indenizações e a responsabilização dos culpados (Cerqueira, 2015).

4823

De acordo com o estudo de Cerqueira (2015), a perícia médica também tem um papel importante na prevenção dos problemas de saúde ocupacional, pois ajuda a identificar condições de trabalho que possam causar ou agravar doenças, em tese, esse aspecto é importante para que empresas e instituições tomem medidas de segurança e ofereçam melhores condições de trabalho, promovendo a saúde dos trabalhadores.

O Conselho Federal de Medicina (2023), destaca que o laudo pericial médico tem valor de prova técnica, constituindo uma documentação confiável que serve como base para decisões judiciais e administrativas, ele é fundamental para o juiz ou autoridade responsável, que geralmente não possui o conhecimento técnico necessário para avaliar condições de saúde.

Sauer (2015), descreve que a perícia médica, portanto, é uma ferramenta indispensável para o sistema de justiça e para a proteção de direitos individuais, a sua importância atenua a simples análise médica, uma vez que contribui para a resolução de conflitos de maneira justa e fundamentada. Com a atuação de peritos qualificados e a aplicação de métodos rigorosos, a perícia médica garante que questões envolvendo saúde, trabalho, previdência e indenizações

sejam tratadas de forma precisa, ética e imparcial, promovendo a justiça e o bem-estar da sociedade como um todo.

## **Tipos de perícia médica**

A perícia médica, conforme mencionado é um campo abrangente e diversificado, que envolve diferentes tipos de avaliações, cada uma com um propósito específico conforme a área de atuação, esses diferentes tipos de perícias médicas são aplicados em contextos variados, como justiça, previdência social, seguros, e relações de trabalho, e cada uma possui características próprias, critérios específicos de análise e finalidades distintas (Sanar Med, 2023).

De acordo com Cerqueira (2015), a perícia médica trabalhista que tem como objetivo avaliar a relação entre uma condição de saúde e o ambiente de trabalho, principalmente quando referente aos casos de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais, tendo como características, envolver a análise de doenças ou de lesões que possam ter sido acarretadas ou agravadas pelo trabalho.

Nesse tipo de perícia é analisado os fatores como a ergonomia, exposição a agentes nocivos, condições de trabalho e a jornada, além disso, o perito busca identificar o nexo causal entre o trabalho e a condição médica. Geralmente, ela é utilizada em ações judiciais de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e nos processos de identificação por danos acarretados pelas condições trabalhistas (Marangoni Júnior, 2024).

4824

Outro tipo de perícia médica é a previdenciária, que tem como objetivo, avaliar a capacidade laborativa da pessoa para a concessão dos benefícios previdenciários, como o auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou pensão por invalidez, assim como a sua ênfase em analisar as doenças e as incapacidades que impedem o indivíduo de trabalhar temporária ou permanentemente (França, 2017).

O perito examina os exames médicos, laudos e histórico de saúde para a determinação da capacidade ou da incapacidade de realizar atividades laborais, em tese, é ela é fundamental nos processos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e nas ações de aposentadoria e concessão dos benefícios por incapacidade (Sanar Med, 2023).

De acordo com a pesquisa da Sanar Med (2023), a perícia médica cível tem como objetivo analisar as condições médicas e traumas para subsidiar processos civis, como ações de indenização, danos morais, danos estéticos e disputas familiares, além disso, ela envolver

análise de lesões, cicatrizes, sequelas, deformidades ou doenças que afetam a vida do indivíduo, além de avaliar o impacto psicológico e social desses danos.

Em processos familiares, também pode avaliar a capacidade mental para tomada de decisões, em ressalva que a perícia médica cível é comum em processos de indenização por danos físicos, estéticos ou morais, ações por erro médico e também em questões de guarda e interdição (França, 2017).

Outro tipo de perícia médica que é bem utilizada é a de cunho criminal, que tem como objetivo a investigação das lesões, causa de morte e condições de saúde relacionadas aos processos criminais, ela é voltada ao estabelecimento da causa, natureza e gravidade de lesões em vítimas ou acusados, ajudando a esclarecer fatos ocorridos em casos de homicídios, agressões, estupros, envenenamentos e outros crimes (Sauer, 2015).

Pode incluir análises detalhadas de ferimentos, cronologia dos fatos, e eventuais substâncias tóxicas ou drogas, outro ponto importante de ser mensurado é que é utilizada pela justiça em processos criminais, especialmente em casos de homicídio, agressão e violência sexual, onde se faz necessário identificar causas e circunstâncias de ferimentos ou morte (Cerqueira, 2015).

Existem outros tipos de perícias médicas em diversas esferas, como mencionado, ela é bem abrangente, como a perícia médica para seguros, a de cunho militar, a médico-psiquiátrica, que é aplicada na avaliação da saúde mental e o estado psicológicos de pessoas em processos civis ou criminais e até mesmo, administrativos (Bonamigo; Kohler, 2016).

Em linhas gerais, cada tipo de perícia médica tem características específicas e atende a demandas distintas, mas todas compartilham a necessidade de um conhecimento técnico profundo e de uma abordagem objetiva e imparcial, sendo que os laudos periciais são fundamentais para garantir que decisões judiciais, administrativas e contratuais sejam tomadas com base em informações precisas e tecnicamente fundamentadas, promovendo a justiça e o cumprimento dos direitos das partes envolvidas (França, 2017).

### **Perícia médica judicial *versus* perícia médica extrajudicial**

De acordo com o estudo de Bonamigo e Kohler (2016), a perícia médica judicial e a perícia médica extrajudicial são procedimentos realizados para avaliar questões de saúde e integridade física com finalidades específicas, mas diferem quanto ao contexto em que são realizadas e às

suas finalidades, em ressalva que ambas são importantes para fornecer informações técnicas que fundamentem decisões e acordos, mas têm características distintas.

Maranhão (2014) descreve que a perícia médica judicial é realizada no contexto de um processo judicial, por determinação de um juiz, e seu resultado tem caráter de prova técnica oficial para subsidiar uma decisão judicial, essa perícia é conduzida por um perito nomeado pelo juiz, que deve ser imparcial e tem o dever de responder aos quesitos levantados pelo magistrado e pelas partes envolvidas no processo.

Para França (2017), as principais características é a solicitação, o perito que é nomeado, o laudo pericial que é gerado pelo profissional e que se torna uma prova técnica, a obrigatoriedade das partes envolvidas, o caráter vinculativo, na qual o juiz pode se basear nele devido ao valor probatório, e ainda, a imparcialidade e isenção do profissional.

A perícia médica extrajudicial ocorre fora do contexto de um processo judicial e é solicitada diretamente por uma das partes interessadas, como seguradoras, empresas, advogados ou o próprio indivíduo, o objetivo da perícia extrajudicial pode ser resolver questões e estabelecer acordos de forma consensual, evitando a judicialização do caso, em tese ela pode ser utilizada como subsídio em processos administrativos ou negociações e, em alguns casos, servir como prova em processos judiciais (Bonamigo; Kohler, 2016).

4826

Seguindo os passos da perícia médica judicial, a extrajudicial tem como características, a solicitação, o perito, o laudo pericial, o caráter conciliador, a admissibilidade no judiciário e ainda, os custos e agilidade (Barbosa; Dantas, 2024).

Nesse viés, a perícia médica judicial e a extrajudicial são ferramentas importantes para resolver questões que envolvem saúde e direitos, cada uma em seu contexto específico, enquanto a perícia judicial oferece um laudo com valor oficial e pode definir a decisão do juiz, a perícia extrajudicial se destaca pela flexibilidade e agilidade, promovendo acordos e evitando litígios (Maranhão, 2014).

Portanto, ambas contribuem para a resolução de conflitos de forma técnica, justa e fundamentada, proporcionando segurança e confiabilidade no processo de avaliação de saúde.

### **Como funciona a perícia médica**

É importante que o profissional capacitado forneça informações objetivas e técnicas que contribuam e influenciam as decisões judiciais, previdenciárias, entre outras, dessa forma, ela segue com etapas para o funcionamento eficaz (Sanar Med, 2023).

Na percepção de Barbosa e Dantas (2024), a solicitação da perícia médica pode ser realizada em um contexto judicial que é por ordem de um juiz ou extrajudicial que é por uma das partes envolvidas ou por instituições, como empresas e seguradoras. No caso de uma perícia judicial, o juiz nomeia o perito responsável, e as partes podem apresentar quesitos como perguntas para orientar a investigação. Já na perícia extrajudicial, o perito é escolhido pelas partes interessadas, e os objetivos da avaliação podem ser negociados previamente.

Os quesitos são perguntas formuladas pelas partes envolvidas ou pelo juiz, no caso de perícia judicial, e servem como um guia para o perito investigar e responder questões específicas sobre o estado de saúde, a origem das lesões, o nível de incapacidade, entre outros. Em ressalva que esses quesitos delimitam o escopo da perícia, direcionando o perito sobre o que investigar e quais informações são necessárias para responder adequadamente (França, 2017).

Na percepção de Maranhão (2014), o perito médico começa reunindo toda a documentação disponível, como exames, laudos, relatórios médicos anteriores e histórico de saúde do periciado. Esses documentos fornecem uma base inicial de informações e ajudam a contextualizar a situação médica do indivíduo.

Em alguns casos, o perito pode solicitar novos exames para complementar a análise, especialmente se os documentos disponíveis não forem suficientes para uma avaliação completa.

4827

A entrevista é uma etapa importante, onde o perito conversa com o indivíduo para entender sua versão dos fatos, seu histórico de saúde e os sintomas que apresenta, ela auxilia no esclarecimento das informações que podem não estar registradas nos documentos (Sauer, 2015).

O exame clínico é feito para avaliar o estado de saúde atual do periciado, dependendo do tipo de perícia, o exame pode envolver testes físicos, avaliação de funcionalidade, observação de cicatrizes, e até exame psicológico e psiquiátrico, quando a perícia envolve questões mentais. No caso de perícias previdenciárias, por exemplo, o exame clínico é essencial para verificar a capacidade laboral do periciado (Sanar Med, 2023).

De acordo com o estudo de Duarte (2020), o perito analisa todas as informações coletadas, como os documentos, entrevista e exame clínico, e realiza uma interpretação técnica sobre a condição do periciado, ele avalia o nexo causal entre a condição de saúde e um evento específico, como por exemplo, o acidente de trabalho, e verifica a extensão e a gravidade da lesão ou incapacidade.

Essa análise técnica é fundamental para responder aos quesitos e para que o laudo pericial seja completo e preciso, uma vez que ele precisa se basear em evidências científicas e médicas.

O laudo pericial é o documento final elaborado pelo perito, onde ele descreve suas observações, análises e conclusões, em ressalva que esse laudo deve ser claro, objetivo e detalhado, respondendo a cada quesito e apresentando justificativas para cada conclusão. No caso de uma perícia judicial, o laudo é entregue ao juiz e pode ser usado como prova técnica no processo, na perícia extrajudicial, o laudo pode servir como subsídio para acordos ou negociações entre as partes (Barbosa; Dantas, 2024).

Após a apresentação do laudo, as partes envolvidas podem solicitar esclarecimentos ou questionar aspectos da perícia, o perito pode ser convocado para prestar depoimento ou esclarecer pontos específicos do laudo. Em algumas situações, pode ser solicitada uma perícia complementar ou uma contra perícia, caso uma das partes questione os resultados ou haja necessidade de um segundo parecer (Duarte, 2020).

### **Principais condutas do médico para atuar na área de perícia**

Para que o médico possa atuar nessa área, ele precisa cumprir com uma série de condutas éticas, técnicas e legais, que garantem a qualidade e a imparcialidade do trabalho pericial, e elas são fundamentais para o asseguramento da objetividade do laudo pericial, a proteção dos direitos das partes envolvidas e a preservação da credibilidade e integralidade do profissional (França, 2017).

França (2014) descreve que todos esses pressupostos evidenciam a ética profissional dos médicos, como a imparcialidade, já qual o médico perito deve manter a postura de forma imparcial, evitando qualquer influência pessoal ou emocional que possa interferir na sua avaliação, ele não deve beneficiar e nem prejudicar nem uma das partes, pois tem o compromisso exclusivo de manter a verdade.

Em detrimento, é fundamental que o perito se declare impedido de atuar, em caso de que tenha qualquer relação com uma das partes ou se perceber que sua atuação possa ser interpretada como tendenciosa.

Outro ponto importante de ser mensurado é sobre o sigilo profissional, no qual deve respeitar, tratando com confidencialidade todas as informações obtidas durante o processo pericial, devendo revelar apenas o que for necessário para responder os quesitos ou quando exigido pelo laudo pericial, em ressalva, que mesmo em um processo judicial, em que algumas

informações precisam ser divulgadas, o perito deve prezar pelo respeito a privacidade do periciado, expondo apenas o que for necessário para a análise (Maranhão, 2014).

Cabe mencionar ainda, que o médico perito deve basear a sua análise em conhecimentos técnicos e científicos, evitando suposições ou interpretações pessoais, em ressalva ao uso dos métodos reconhecidos e de boas práticas médicas que é primordial para a garantia da qualidade e eficácia da perícia, além da necessidade de estar atualizado com as normas e os procedimentos periciais, com o conhecimento especializado nessa área de atuação (Brasil, 2023).

Na percepção de Barbosa e Dantas (2024) laudo pericial deve ser objetivo, claro e preciso, respondendo de maneira direta aos quesitos levantados e evitando ambiguidades ou termos técnicos em excesso, que possam dificultar o entendimento pelas partes e pelo juiz, entretanto, o médico perito deve detalhar cada etapa de sua análise, explicando de forma compreensível as conclusões alcançadas e os métodos utilizados, para que o laudo possa ser entendido por quem não possui formação médica.

De acordo com Duarte (2020), o médico perito deve seguir rigorosamente o Código de Ética Médica, respeitando princípios éticos e deontológicos da profissão., devendo atuar com responsabilidade, integridade e zelo, evitando qualquer conduta que possa comprometer a imagem da profissão, as ações como a falsificação de informações, o favorecimento de partes ou a negligência são graves violações éticas e podem levar a sanções pelo conselho de classe.

4829

Essas condutas são fundamentais para que o médico perito possa exercer sua função com qualidade, ética e responsabilidade, a atuação pericial envolve não apenas conhecimentos técnicos, mas também um compromisso ético com a verdade, a justiça e o respeito aos direitos das partes (Sanar Med, 2023).

É fundamental seguir essas condutas para garantir que a perícia médica seja reconhecida como uma fonte confiável de informações, contribuindo para a credibilidade do laudo e para a correta resolução dos casos (Resende, 2024).

## CONCLUSÃO

Diante ao que foi apresentado neste estudo, a medicina legal tem relação intrínseca com a perícia médica, elas desempenham papéis fundamentais, da medicina e do direito, contribuindo como base técnica e científica para o esclarecimento da verdade em situações judiciais, por meio de análises, avaliações entre outros, além de manter a imparcialidade das decisões judiciais e para a proteção dos direitos das partes envolvidas.



Conforme mensurado, a perícia médica é fundamental para a investigação dos crimes, acidentes e demais eventos que englobem os aspectos da saúde e da integridade física e mental das pessoas, que são ferramentas primordiais para a garantia da justiça, e em casos até que é peça decisiva (Brasil, 2023).

Por fim, ficou evidente que o aprimoramento contínuo e a capacitação dos profissionais capacitados, no caso os médicos peritos que precisam estar sempre atualizados, sendo fundamental para assegurar que a medicina legal e a perícia médica se mantenham como base de um sistema de justiça eficaz, transparente e confiável.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Arlindo Lopes de. Medicina legal e perícias médicas. UFG. Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Medicina. Maceió, 2021.

BARBOSA, Ana Beatriz; DANTAS, Julia Maria. Conteúdo de medicina legal e perícia médica. Revista de Medicina. Perspectivas. vol 9. Brasil, 2024.

BONAMIGO, Luana; KOHLER, Graziela de Oliveira. Medicina legal como meio garantidor da justiça. Revista de Medicina. Revista da Defensoria Pública. Rio Grande do Sul, 2016.

BRASIL, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Civil. A medicina legal a serviço da justiça: a importância dos médicos peritos legislas para a investigação criminal e para a sociedade. PEFOCE, 2023. Disponível em: <https://www.pefoce.ce.gov.br/2023/04/07/a-medicina-legal-a-servico-da-justica-a-importancia-dos-medicos-peritos-legistas-para-a-investigacao-criminal-e-para-a-sociedade/> Acessado em: 01 nov 2024.

4830

CERQUEIRA, Ede. A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal: debates sobre ciência e assistência psiquiátrica (1907-1933). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2014.

CFM, Conselho Federal de Medicina. A formação do especialista em Medicina Legal e Perícia Médica é debatida em fórum do CFM. Brasi, 2023.

CHAVES, LLG; GIANVECCHIO, VAP. Residência médica em medicina legal e perícias médicas. Artigo Científico. Revista de Medicina. Saúde, ética e justiça. 2016.

COSTA, Luís Renato da Silveira; COSTA, Bruno Miranda. A Perícia Médico- -Legal Aplicada à Área Criminal. 2. ed. Campinas: Millennium. 2015.

DUARTE, Maria Luísa. O ensino das ciências médico-legais e ético-deontológicas nas faculdades de medicina no ano de 2019: estudo comparado entre Portugal e Brasil / Maria Luisa – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

FRANÇA, Genival Veloso de. Fundamentos da Medicina Legal. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2014.

FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2017.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Direito Processual Civil Esquematizado*. Coordenador Pedro Lenza. 2ª ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

MARANGONI JUNIOR, Marcos. *Perícia médica: tudo que você precisa saber*. Revista de Medicina. Pubmed. Medway. 2024. Disponível em: <https://www.medway.com.br/conteudos/pericia-medica-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-assunto/> Acessado em: 07 nov 2024.

MARANHÃO, Odon Ramos. *Curso Básico de Medicina Legal*. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

RESENDE, Ana Carolina Costa. *Tudo o que você precisa saber sobre perícia médica*. AFYA. Educação Médica. Artigo Online. 2024.

SANAR MED. *Perícias em saúde e trabalho: conceito, atuação médica e mais*. 2023.

SAUER, Arthur (Org.). *Almanaque administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1902*. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844, por Eduardo von Laemmert. Reformada e reorganizada por Arthur Sauer. 59º ano. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 2015.